

Preservar e distribuir

José Nêumanne

O grande público talvez não saiba, mas nem só de números quantitativos vivem os institutos de pesquisa de opinião pública. Na verdade, eles aparecem na grande imprensa por conta de tais apanhados de opinião, mas sobrevivem de pesquisas a respeito de consumo e também fazem as chamadas qualitativas. No último caso, eles normalmente reúnem grupos de pessoas de diversas faixas sociais para tentar captar tendências e aspirações de toda uma sociedade.

Neste momento de grande perplexidade pelo qual passa o Brasil, os institutos de pesquisas têm-se deparado, segundo informa importante executivo de um deles, com as soluções mais díspares para a crise. Nos grupos reunidos por eles, aparecem, recorrentemente, quatro soluções mais comuns, sem ser necessariamente pela ordem dada aqui. Muitos sonham com uma bomba capaz de destruir todo o sistema político e econômico dominante no país agora, para que se possa substituí-lo por outro. Outros atribuem a Deus a missão de salvar o Brasil. Os menos apocalípticos ou crentes apelam ora para os militares, ora para as eleições.

A primeira hipótese descrita não é propriamente uma solução, mas uma espécie de delírio apocalíptico. Ninguém, em sã consciência, pode desejar a depuração pela explosão, até por sua absoluta impossibilidade. Devastar não é a melhor forma de construir. A interferência da Providência Divina nos problemas chãos da política e da economia tampouco deve ser esperada pelos mais crentes. Quanto aos militares, não há perspectiva de uma intervenção futura, por circunstâncias de vários calibres. Primeiro, a sociedade ainda não deseja majoritariamente sua interferência. Segundo, os próprios militares estão disciplinadamente recolhidos a suas atividades profissionais, nos quartéis. Em terceiro lugar, a lei da expulsória, que limitou o tempo de permanência dos generais na ativa, cortou pela raiz o sonho caudilhesco das lideranças fardadas, comuns no passado, como Góis Monteiro e Eurico Dutra. Tal lei, aliás, é fruto do próprio regime militar, durante o governo Castelo Branco.

Resta a eleição direta presidencial. É até natural que ela exerça esse papel messiânico que a sociedade brasileira lhe atribui. Há 29 anos foi realizada a última e, desde então, esse ritual, que deveria ser rotineiro numa sociedade complexa como a brasileira, não se repete. O Brasil anseia por ele e é difícil evitar a tentação de atribuir à sequência de administrações federais não escolhidas pelo povo as mazelas da vida cotidiana, com a hiperinflação batendo à porta e todos os problemas por resolver na área da distribuição de renda.

Mas, apesar de compreensível, essa tendência é muito perigosa. Evidentemente, a escolha de um presidente da República pelo voto direto, condição indispensável para o exercício da democracia, não resolve crises automaticamente nem basta para dar à administração pública a agilidade, eficiência e produtividade necessárias. Esses efeitos só ocorrem a partir de gerências bem-feitas dos grupos escolhidos nas eleições. As urnas, por si só, não têm poderes mágicos para evitar a escolha de maus gerentes ou a opção por políticas de efeitos nocivos à sociedade, é claro.

Para enfrentar a gerência deste país, complexo e imerso numa crise de proporções colossais, o novo presidente da República precisa atender a algumas exigências. A primeira delas é ser aprovado no teste definitivo da cabine indevassável. De posse da cédula única, o cidadão se encontrará diante de várias opções e escolherá a que mais lhe convier, seja do ponto de vista negativo, isto é, escolhendo alguém para evitar outro, seja do positivo, marcando o nome que lhe parecer o adequado para ocupar a chefia do governo.

Nessa decisão, muitos fatores vão pesar. O primeiro deles é o descrédito nas instituições políticas. Pesquisas já divulgadas dão conta de que, se estão muito baixos os índices de credibilidade do governo federal, incompetente para enfrentar a crise econômica e os impasses políticos, também não são nada animadores os que registram a quantas anda o prestígio do Congresso, dos partidos e políticos. Por incrível que pareça, tal prestígio consegue ser menor ainda do que o da administração pública federal. Então, a primeira condição para a boa aceitação de uma candidatura é sua baixa identificação com a atividade política profissional. O candidato pode até ser político, mas deve parecer apolítico e, se possível, antipolítico. O verbo parecer é importante, pois, como gostam de definir os especialistas em pesquisas de opinião, em eleição não importa o contexto de um discurso, mas as impressões por ele provocadas.

Outro fator que aparece com muita frequência em tais apanhados de opiniões políticas é a questão da preservação dos bens naturais. Mais do que uma mentalidade apenas ecológica, a sociedade brasileira tem manifestado, nas entrevistas feitas pelos profissionais de opinião pública, uma posição fundamentalmente preservacionista, ou seja, contra tudo o que represente depredação, estrago ou desperdício. Qualquer candidato que pretenda ter sucesso em novembro precisa levar em conta essa mentalidade preservacionista.

Nas entrevistas feitas pelo Brasil afora, registra-se também a predominância de uma mentalidade distributivista, em relação à meramente produtivista. Isto quer dizer que a sociedade brasileira já se cansou de esperar que o bolo da produção nacional cresça o suficiente para que todos possam ter acesso a sua parte, e prefere pegar sua porção já, por menor que ela seja. Essa mentalidade de distribuição já, em detrimento da necessidade da produção, por mais irracional que possa parecer, tem uma explicação lógica nos profundos abismos sociais cavados nas relações sociais brasileiras, ao longo do tempo. Não é segredo para ninguém que a sociedade brasileira é estruturalmente muito injusta, mesmo se comparada a outras de países do Terceiro Mundo. E parece que a profundidade desses fossos sociais já levou a população à exaustão, o que, de certa forma, pode ser capaz de explicar essa impaciência distributivista, parenta próxima da inapetência produtivista.

O perfil do candidato que atenderá aos anseios da maioria da sociedade brasileira pode ser traçado, assim, sem muita margem de erro, definindo a face de um político que tenha uma imagem de ação, e não apenas discurso antipolítico. Essa ação não deve, segundo os especialistas, ter propriamente o aspecto de oposição mera e simples, mas, sobretudo, de independência em relação a governo, Parlamento e até mesmo partidos e grupos políticos em geral. Os compromissos que tal candidato terá de apresentar em seu currículo são basicamente com a preservação e a distribuição mais justa daquilo que já foi produzido.

O perfil do candidato preferido é, então, muito parecido com aquele exigido pelo eleitor na última disputa pela Presidência, em 1960. Isso tem determinado o sucesso do candidato Fernando Collor de Mello sobre seus adversários. O presidente desejado hoje pelo Brasil é um moralizador, um administrador austero, tal como Jânio Quadros prometia ser há três décadas. E não um empreendedor produtivo ao estilo de seu antecessor, Juscelino Kubitschek.